



Novos Cadernos NAEA

v. 23, n. 2, p. 289-299, maio-ago 2020, ISSN 1516-6481 / 2179-7536

## RESENHA

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p. ISBN: 978-85-7559-629-6.

*Silvio Kanner Farias* - Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (PPGSA/IFCH/UFPA). E-mail: [silviokanner@gmail.com](mailto:silviokanner@gmail.com)

*Gilson da Silva Costa* - Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [gilsoncosta@ufpa.br](mailto:gilsoncosta@ufpa.br)

O título da obra de Ricardo Antunes “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital” possui duas interpretações: uma mais trágico-poética e outra, diríamos, mais técnico-científica. Um livro denso, resultado consolidado de trabalhos anteriores, tanto teóricos quanto empíricos e que apresenta fortes componentes para elaborações novas, apesar de tratar de temas recorrentes em diversos debates e discursos sobre o novo mundo do trabalho. Esses debates também contam com a presença de outros autores europeus como Ursula Huws (2003), com a obra “A formação do cibertariado – trabalho virtual em um mundo real”, e Guy Standing (2013), com o livro “O precariado: a nova classe perigosa”, e de brasileiros como Ruy Braga (2017), com “A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global”, e Giovanni Alves (2000), com “O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo” – que também tratam da temática, entre outros.

“O privilégio da servidão” é a parte do título que expressa o aspecto trágico-poético do mundo do trabalho globalmente. Este livro aborda as recentes metamorfoses do mundo do trabalho. Ricardo Antunes é um dos mais importantes sociólogos brasileiros e certamente, no estudo do trabalho, um autor com reconhecimento internacional. Professor titular de Sociologia do Trabalho, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de

Campinas (IFCH/UNICAMP), onde também leciona Sociologia Marxista e coordena um importante núcleo de estudos do trabalho, além de também coordenar projetos editoriais nessa área, como a coleção “Mundo do trabalho” da Editora Boitempo.

A segunda parte do título, “O novo proletariado de serviços na era digital”, expressa o que poderia ser considerado como a parte mais técnico-científica, ou o resultado mais visível das metamorfoses no mundo do trabalho: a existência, hoje, de um novo tipo de trabalhador, diretamente vinculado às tecnologias informacionais-digitais, porém submetido a um extremo processo de exploração. Diferentemente da classe operária clássica do século XX, seu trabalho não é material. Entretanto, também é proletário, o que o autor denomina: “proletariado de serviços”. Esse proletário vive uma realidade de estranhamento e alienação no trabalho, como nas palavras do próprio autor: “se essa lógica não for obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilação entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão” (p. 34).

Qual é a lógica que produz essa realidade no mundo do trabalho? O que torna a condição de “proletário dos serviços” um privilégio, apesar de toda a dureza desse trabalho e de sua condição de estranhado e alienado? Trata-se da lógica do capital em sua fase de crise estrutural, um conceito que está presente ao longo de todo o livro, seguindo a premissa, correta, de que as mudanças promovidas pelo capital alteraram a realidade do mundo do trabalho, sendo o inverso também verdadeiro. A estrutura teórica mais profunda do livro é essa dialética entre capital e trabalho, desestruturando e reestruturando o tecido social e as realidades e correlações de forças entre as classes que se expressa na política.

As realidades sociais, políticas e econômicas são tomadas como elementos de provas, num conjunto de polêmicas teóricas tratadas no livro, algumas retomadas de livros anteriores, porém outras mais recentes. Poderíamos nos restringir às polêmicas teóricas do livro, sendo esta uma forma de retratar a obra, ou seja, apresentar as divergências teóricas nas quais o autor se envolve. Certamente isso seria interessante, mas não suficiente, pois Antunes também apresenta uma historiografia, retratando fases do mundo do trabalho e dos regimes de acumulação de capital em sua relação com as distintas e combinadas realidades sociais, políticas e econômicas, como dissemos acima e isso deve ser acrescentado. Sendo assim, é profícuo construir uma forma de apresentação que considere as duas possibilidades.

O mundo do trabalho na atualidade, em escala global, se apresenta mais heterogêneo, fragmentado, tanto no que se refere aos tipos de trabalho, quanto à

composição da classe trabalhadora. Porém, excluindo-se os gestores do capital, toda essa diversidade pode ser reunificada pela condição de assalariamento, para formar uma classe única, uma “classe-que-vive-do-trabalho”. Na obra em questão, o autor reconhece que esse mundo do trabalho também está marcado pela devastação, expressa na precarização, na informalidade, na terceirização e no desemprego estrutural. Vive-se a era da precarização estrutural do trabalho. Dessa diversidade e precariedade que se verifica na nova morfologia do trabalho, o novo proletariado de serviços é a mais acabada expressão.

Essas realidades são resultantes de processos que se iniciaram no fim da década de 1970. Desse período, recuando-se até o fim da Segunda Guerra Mundial (a chamada “Era de ouro do capitalismo”), na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão, a indústria ainda estava ancorada no duplo modelo taylorismo/fordismo (em um regime de acumulação não flexível), em termos de organização e controle do trabalho, ao mesmo tempo em que vigorava a política do Estado de Bem-Estar Social. O ano de 1968 marcou o “mal-estar” da sociedade fordista de massas e do estado regulacionista, expresso no descontentamento de trabalhadores, estudantes e outros grupos, desde o maio francês e que se espalhou pela Europa e depois para outras partes do mundo. Grandes protestos passaram a questionar a economia, a política e os valores daquela sociedade de um lado e outro da “cortina de ferro”. Inicia-se então uma crise de múltiplas dimensões nas sociedades capitalistas ocidentais. Crise de acumulação, crise política, crise social e de valores. A própria hegemonia burguesa estava em questão.

Diante dessa realidade o capitalismo desencadeou um processo que Antunes denomina teoricamente de “contrarrevolução burguesa”, uma contraofensiva global após o massacre das mobilizações de 1968, destinada a reestabelecer as bases da hegemonia burguesa e baseada na tríade: neoliberalismo, financeirização e reestruturação produtiva cujo objetivo era destruir todas as organizações dos trabalhadores, dos estudantes, dos movimentos socialistas e anticapitalistas, desde o centro à periferia.

Em termos de “reestruturação produtiva”, inicia-se a fase de hegemonia do toyotismo, da empresa enxuta que surge enquanto parte do modo de “acumulação flexível”. O termo “flexibilidade produtiva” passa a designar, como síntese, as principais características do capitalismo contemporâneo. O resultado da “flexibilização do capital” no mundo do trabalho é a “precarização” ou a formação do precariado. Nesse ponto os conceitos se ligam, e praticamente se referem ao mesmo fenômeno, isto é, “reestruturação produtiva”, “acumulação flexível”, “flexibilidade produtiva” e “flexibilização do capital” são conceitos simétricos ou idênticos.

Segundo Antunes, a acumulação flexível apresenta continuidades e descontinuidades em relação à acumulação fordista. O fordismo era marcado pelo maquinismo, trabalho parcelar, especializado, fragmentado e prescritivo, porém mais regulado e provedor de direitos, estruturando uma classe trabalhadora mais homogênea, predominantemente masculina e branca. As empresas eram verticalizadas e sua maior pujança se media pelo maior número de trabalhadores. Em termos de conhecimento prevalecia a velha proposição de Taylor de separar a concepção da execução, a gerência da oficina.

O novo modelo de gestão e controle do trabalho possibilita o início dos processos de terceirizações, tornando as empresas mais horizontais, flexíveis, concentradas nas atividades fins. A organização do trabalho se orienta para a redução do trabalho improdutivo e a eliminação de “poros” na jornada, se inicia aí o trabalho em “equipes”, se exige agora o trabalhador multifuncional ou equipes que trabalhem em regime de multifuncionalidade. O conhecimento volta ao chão de fábrica com os grupos de “qualidade total”, mas, obviamente, apenas para que o capital possa se apropriar de inovações pensadas pelos trabalhadores.

Esse processo, aliado ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, promoveu uma metamorfose no mundo do trabalho produzindo essas realidades de fragmentação, precarização, terceirização, desregulamentação de direitos e enfraquecimento da coletividade proletária, dos sindicatos em especial, ampliando o espaço de um sindicalismo de “parceria corporativa”. A era da informação, paradoxalmente, se constitui também na era da precarização. A precarização é a forma de exploração do trabalho no período da crise estrutural do capital.

Nesse ponto já é possível reconhecer a primeira polêmica teórica e como se desdobra. Em seu livro da década de 1990, Antunes enfrenta a polêmica entre as teses do “fim do trabalho” ou da “centralidade do trabalho” na sociabilidade humana. O debate sociológico contemporâneo sobre a centralidade perdeu força ao longo dos anos, entretanto uma nova tese, que afirma a “unilateralidade do trabalho” e sua “negação como eixo emancipatório”, ganhou força. Essa perspectiva se baseia numa suposta perda de validade da “teoria do valor”. A ideia é a seguinte: com a crescente importância do trabalho imaterial torna-se difícil mensurar o valor. Essa impossibilidade de medir implica perda de validade da teoria do valor, especialmente do “valor trabalho”, herdada da escola clássica e marxista. Entretanto, enfrentando esse contradiscurso, Antunes levanta duas teses. A primeira baseia-se nas conexões, nos vínculos, muitas vezes omitidos, entre o trabalho imaterial e o material. Para isso o autor lembra que toda a

atual indústria das comunicações e informações está baseada na existência de um amplo aparato material e com atividades de trabalho diretamente materiais como a mineração, o setor de energia, os prédios, os cabos e tudo que permite materialmente que a *internet* exista. O autor ainda afirma que o *smartphone* é um produto material resultado de um processo de trabalho, altamente tecnológico, mas contendo trabalho pretérito, de operários. Embora esteja ocorrendo uma ampliação do trabalho imaterial em termos globais, o autor é claro ao afirmar que é um mito pensar numa predominância do trabalho imaterial ou no fim da indústria, por exemplo.

A segunda tese apresentada por Antunes é o eurocentrismo dos autores, que os impede de ver a realidade do trabalho no sul global. Dessa forma, o trabalho ainda é central como perspectiva de emancipação. Embora o autor reconheça a força dos movimentos sociais e seu papel de vanguarda no enfrentamento ao neoliberalismo, afirma que a “construção de uma alternativa socialista de fato, só encontra concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente (e não com exclusividade) no mundo do trabalho” (p. 304). Ou seja, entre os trabalhadores produtivos, industriais, modernos, que podem parar o capital industrial, dado que ele ainda é e será por muito tempo dependente das indústrias.

Com isto, o autor ainda não responde completamente ao problema da validade ou não da lei do valor. Nesse ponto, apresenta uma tese nova que não deve passar despercebida pelos críticos. A “nova morfologia do mundo do trabalho” ampliou a participação do setor de serviços, expandiu o uso de tecnologias e tornou mais imbricada ainda a relação entre trabalho material e imaterial. A partir dessa perspectiva, Antunes argumenta que a “lei do valor” não apenas permanece válida, como ampliou seus mecanismos de funcionamento. Os serviços, assim como a indústria e a agricultura, em seu tempo foram mercantilizados e se tornaram um âmbito novo de produção de mais valor. Trabalho imaterial produzindo valor, tal como na indústria dos transportes da forma abordada por Marx, essa pode ser considerada a grande inovação teórica do livro.

O neoliberalismo econômico e político também é parte da contrarrevolução burguesa iniciada na década de 1970. Suas orientações econômicas básicas eram a expansão dos mercados com a privatização, e a desregulamentação da economia como um todo, e noutra via, sua estratégia política era a de enfraquecer o poder dos sindicatos que foram instituições poderosas no período taylorista/fordista. Se a reestruturação produtiva é a ofensiva econômica, de âmbito estrutural, o neoliberalismo buscou atuar no âmbito político-institucional. No livro, o

autor afirma que o neoliberalismo foi importante para o surgimento do “novo proletariado dos serviços” por meio, entre outros, da privatização dos sistemas de comunicação. No Brasil, e a partir da década de 1990, período que o autor denomina de “desertificação neoliberal”, se inicia o vertiginoso crescimento de trabalhadores da indústria de *call-center*, grupo que pode ser considerado *core* dessa nova categoria de trabalhadores.

Após as mudanças que se iniciaram na década de 1970, o que se denominava “padrão de acumulação fordista” passou a ser designado por “padrão de acumulação flexível”, para marcar a mudança nas formas de organização e controle do trabalho sob o mando do capital. Nesse ponto, precisamos destacar outras grandes contribuições do livro que seriam: a) a discussão sobre a “nova morfologia do trabalho no Brasil” e; b) a indicação das principais tendências e uma avaliação sobre a situação do sindicalismo nacional.

Antunes relembra que, após a década de 1950, a estrutura produtiva brasileira desenvolveu um aspecto bifronte: produção de bens de consumo duráveis para um mercado interno seletivo, elitista, e produção de bens primários para exportação e acrescenta que a marca  $\sigma$  do padrão de acumulação brasileira é a superexploração do trabalho. Após a década de 1990 e dos componentes da contrarrevolução burguesa, a estrutura produtiva brasileira passou a expressar uma simbiose entre o padrão de acumulação fordista e as formas de acumulação flexível, padrões produtivos tecnologicamente avançados e superexploração.

O mundo do trabalho no Brasil é marcado, atualmente, pela tríade: precarização, terceirização e informalidade. A terceirização é a forma por excelência do processo de precarização do trabalho no Brasil. Todos os indicadores referentes às condições de trabalho são piores no trabalho terceirizado, relativamente ao contrato fordista clássico. Por esse motivo, vive-se uma espécie de sociedade dos adoecimentos no trabalho. Se informalidade e precarização não são diretamente sinônimas, é possível afirmar, com base em pesquisas, que a informalidade também é um forte vetor da precarização, o que para Antunes é indício de que a devastação neoliberal do trabalho chegou ao Brasil. A precarização do trabalho tornou-se a regra e cada vez mais vai se espalhando, tanto nos setores privados, como públicos.

O desenvolvimento tecnológico nas áreas da informação e comunicação intensificou a precarização do trabalho. Nesse sentido, torna-se necessário citar outra grande polêmica apresentada pelo autor: o confronto com o mito do trabalho criativo que teóricos europeus, mais uma vez, afirmaram existir a partir da década de 1990, quando o desenvolvimento da tecnologia iria produzir uma sociedade

em que o trabalho deixaria de ser degradado, como era típico do fordismo. A tecnologia iria livrar o homem do peso do trabalho como labor e inaugurar a época do “trabalho criativo”. Entretanto, as realidades nas mais diversas áreas do trabalho que envolvem altas tecnologias demonstram justamente o inverso, os trabalhadores estão crescentemente adoecendo. O desenvolvimento das tecnologias produziu mais exploração e ampliação nos mecanismos de controle, por isso alguns autores falam inclusive de neotaylorismo<sup>1</sup>, que combinaria tecnologia do século XXI e condições de trabalho do século XIX.

Outro fenômeno dessas mudanças no mundo do trabalho é a crise do sindicalismo. As terceirizações destroem os vínculos de solidariedade, pulverizam a representação. O “enxugamento” das fábricas produz o medo do desemprego e essa realidade gera uma forte debilidade no sindicalismo. Isso também se explica pela nova subjetividade do trabalho no regime de acumulação flexível, marcada pelo isolamento, enfraquecimento da identidade coletiva, discriminação e desvalorização. O desemprego e a precarização promovem uma ampliação brutal de relações sociais fetichizadas e destrutivas.

Comparando-se com o cenário europeu, o neoliberalismo entrou tardiamente no Brasil e este é outro tema do livro que se articula com a realidade do mundo do trabalho e expressa bem essa dialética capital e trabalho em camadas, estratificações do tempo. A formação tardia da classe operária fordista no Brasil forjou um sindicalismo de novo tipo na década de 1980, um “novo sindicalismo” marcado pelo classismo e pelo confronto, aí ainda havia o componente da Ditadura Militar. O enfrentamento conjugado das forças políticas, econômicas e pela redemocratização, em meio à ascensão desse sindicalismo de enfrentamento, retardou a implantação do neoliberalismo no Brasil. Nessa década, a dinâmica do movimento sindical no Brasil estava na contramão do mundo. O novo sindicalismo, como fenômeno de massas, originou duas poderosas organizações: o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980 e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983. Ambos impulsionaram o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, líder das greves, que depois se tornaria figura fundamental nestas organizações e também na política brasileira.

O novo sindicalismo foi decisivo para a redemocratização do país, no entanto a partir da década de 1990 as coisas começariam a mudar. O mundo sofreu o colapso e abalo político com a queda do regime estalinista do Leste Europeu e

<sup>1</sup> Sobre esse tema recomendamos a leitura de “Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual”, uma coletânea de artigos sobre os trabalhadores do *telemarketing*, coordenada por Ricardo Antunes e Ruy Braga (ANTUNES; BRAGA, 2009).



o PT e a CUT começaram a mudar após a derrota nas eleições de 1989. Durante a década de 1990, da “desertificação neoliberal”, o sindicalismo brasileiro começou a viver uma crise. Tanto o PT quanto a CUT, duas grandes referências da classe trabalhadora na década de 1980 passaram por profundas transformações. O PT e seu candidato Lula perderam ainda duas eleições presidenciais consecutivas e a CUT foi derrotada e criticada na greve dos petroleiros de 1995. A central se aproximou da social-democracia sindical e passou a defender um sindicalismo de coalizão e não mais classista e confrontacionista. O PT não firmava mais em seus *slogans* ou palavras de ordem, “trabalhadores no poder”, e sim, implícita e envergonhadamente, no início, “trabalhadores e burgueses no poder”, e na prática, cada vez mais ia se aproximando da burguesia. Em cada nova eleição presidencial adotava um vice mais conservador, primeiramente José Bisol, em 1989, depois Leonel Brizola, em 1998, e por último, quando acabou se elegendo, a chapa Lula/José Alencar governou o Brasil por dois mandatos (2002 e 2006), nesse caso, um vice que era o maior industrial do setor têxtil na América Latina e com *slogan* de “Governo de Todos”. Era a última pá de cal no classismo independente.

Em outro trecho, Ricardo Antunes questiona sobre a trajetória do novo sindicalismo para concluir que tanto fatores internos quanto externos concorreram para a institucionalização e burocratização da CUT. Quanto a isso o autor é bem enfático: “as últimas duas décadas do século XX empurraram o novo sindicalismo em direção a uma esdrúxula combinação, síntese ao menos de três movimentos: a velha prática peleguista, a forte herança estatista e a grande influência neoliberal (ou social liberal)” (p. 214).

Assim, no que tange ao Brasil, a partir das forças políticas e sindicais capturadas, domadas e amarradas, o neoliberalismo pôde, então, se constituir em um projeto que visava uma nova engenharia de dominação. Novamente estávamos na contramão, o modelo desembarcava no Brasil, enquanto no centro do sistema capitalista, ainda nos fins da década de 1990, depois de vinte anos de seu surgimento, quando o neoliberalismo se tornava altamente impopular e os sintomas de que esse modelo não era favorável aos trabalhadores se desencadeavam desde a Inglaterra, onde o *New Labor* com seu projeto de “terceira via” em 1997, derrotava o partido conservador de Margaret Thatcher. A popularidade de Thatcher desabou na Inglaterra de então, mas o neoliberalismo, não necessariamente. O que se viu foi que o *New Labor* não reverteu nenhuma das políticas neoliberais, apenas as revestiu de um “verniz social”, o qual Antunes chamou de “social-liberalismo – liberal no conteúdo, social na forma”.



A explicação para essa nova variante de neoliberalismo é a transformação interna que se deu no partido inglês, antes mesmo que vencesse as eleições. Antunes faz então um paralelo com o PT de Lula. O PT e Lula passaram por um transformismo na década de 1990, quando finalmente chegaram ao poder, nem o PT, nem Lula e nem o Brasil eram os mesmos. Durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, viveu-se a impressão de que o Brasil estava caminhando para se tornar um país desenvolvido, mas o PT não alterou a estrutura da sociedade brasileira. Ao contrário, da mesma forma como Tony Blair e o *New Labor*, Lula/Dilma e o PT, mantiveram todas as políticas neoliberais aprovadas, inclusive a econômica e monetária.

Evidentemente que, durante a maior parte do tempo experimentaram uma conjuntura econômica favorável (mesmo que depois da crise de 2008 o mundo capitalista estivesse atravessando fortes turbulências econômicas). Mas no Brasil e de uma forma geral na América Latina, suas economias sentiram os efeitos retardados, já em 2011 e principalmente depois de 2014 em diante, quando o PT entrava em seu quarto mandato na Presidência do Brasil. Nessa conjuntura o PT atuou para garantir os lucros do grande capital, bancos e empreiteiras e implementou políticas sociais que permitiram melhorias nos níveis de distribuição de renda e redução das desigualdades, mas não alteraram o fundamental das políticas neoliberais.

Para Antunes, após a crise de 2008 o cenário começou a mudar. O PT e Lula usaram a estrutura do Estado para enfrentar a crise por meio do aquecimento do mercado interno com crédito e isso permitiu que tudo transcorresse bem até meados do segundo mandato de Dilma Rousseff. Com o aprofundamento da crise e as políticas ineficientes do PT para atender aos anseios das massas trabalhadoras, uma explosão de mobilizações começam a ocorrer no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2013, deixando o governo e o partido perplexos, pois eles estavam acostumados a dirigir a multidão conforme seus interesses, estando agora achincalhados pelas massas nas ruas, em clara oposição. Este momento marca o início do fim da era Lula/PT, ainda que Dilma Rousseff tenha vencido com diferença mínima o segundo turno das eleições presidenciais contra Aécio Neves (PSDB). As manifestações de 2013 foram uma confluência de vários fatores. Um mal-estar aplacado pelas mais de duas décadas de neoliberalismo, os gastos exorbitantes com a Copa do Mundo organizada pela FIFA no Brasil em 2014, e o cenário mundial de mobilizações, desde as gigantescas manifestações que derrubaram vários governos durante a Primavera Árabe. A popularidade de Dilma despenca e está aberto o caminho para o exercício do golpismo, em 2016,

bem típico da burguesia brasileira, quando os governos instalados no Planalto não lhes servem mais aos propósitos.

De fato, durante esse período o Brasil viveu o mito da “construção do trabalho”, como um todo, este mesmo mito aparecia em 14 países da América Latina que eram governados por partidos de esquerda<sup>2</sup>. Enquanto a conjuntura econômica mundial permitiu, foi possível acreditar no mito, como sabemos, não só no Brasil, mas o aprofundamento da crise obrigou a burguesia brasileira a retomar diretamente as rédeas do governo e trabalhar para colocar na direção um governo seu, sem coalizão ou conciliação de classes, e/ou acordo nacional e, portanto, muito mais claramente conservador. O livro de Antunes ainda não registra a Reforma Trabalhista do governo Michel Temer, entretanto deixa isso entredito no capítulo “A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer” que leva, obviamente, à destruição do trabalho no Brasil.

É esta a dialética do trabalho. O trabalho ao mesmo tempo fundante da sociabilidade humana, inescapável como atividade necessária à vida, mas por outro lado, alienado pelo capital, por ser o mecanismo único de valorização do valor, o trabalho não se deixa esvair sem uma resposta contundente. Por isso, sujeitado, controlado, mas resistindo. Fonte ao mesmo tempo de emancipação e dominação. Nas palavras de Antunes (p. 31), “o trabalho emancipa e aliena, humaniza e sujeita, escraviza e liberta”. Mas há ainda possibilidades para o trabalho.

Uma articulação de sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda pode resistir à devastação do trabalho e ao neoliberalismo, desde que se articulem em suas complementariedades. Para os sindicatos os desafios são muitos, mas todos passam centralmente pela compreensão da nova morfologia do trabalho, pela retomada da consciência de classe e pelo retorno à orientação tríplice fundante do sindicalismo: liberdade, independência e autonomia. Ainda há muita história pela frente, para o Brasil e a América Latina, e certamente para o mundo inteiro, posto que sem trabalho, que transforma a natureza e produz toda riqueza que dispomos, para todas as sociedades, em todos os cantos do planeta, não há produção de valor econômico, tão pouco a possibilidade de produção e reprodução da própria vida.

Trata-se de uma obra que atualiza e aprofunda o debate sobre o mundo do trabalho e demonstra como o estudo desse tema pode ser uma chave relevante para a compreensão dos processos sociais.

---

<sup>2</sup> Além do Brasil, tínhamos naquele momento, Bolívia, Cuba, Uruguai, e Venezuela, entre outros que contavam com governos considerados de esquerda.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. 368 p.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários**: a degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. 256 p.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017. 269 p.

HUWS, U. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Tradução de Murillo van der Laan. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. 392 p.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 288 p.

Texto submetido à Revista em 05.04.2020

Aceito para publicação em 24.08.2020

